Março de 2005, por ter regressado do Iraque, onde esteve integrado no Sub-Agrupamento Alfa da GNR.

23 de Março de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, coronel de infantaria/SubCEM.

Despacho n.º 7720/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Março de 2005 do 2.º comandante-geral da Guarda Nacional Republicana:

Maria João de Sousa Almeida Silveira e Maria Clara Correia Sarmiento Gaspar, do quadro de pessoal civil da GNR — nomeadas, na sequência de concurso, técnicas profissionais especialistas do mesmo quadro, sendo exoneradas do lugar que ocupam a partir da data da aceitação do novo cargo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Março de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, o Subchefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, coronel de infantaria.

Direcção-Geral de Viação

Aviso n.º 3807/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação.* — 1 — Fundamentação — nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho de 1 de Abril de 2005 do subdirector-geral de Viação, proferido ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do despacho de delegação de competências n.º 20 333/2003 (2.ª série), de 6 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 23 de Outubro de 2003, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral tendo em vista o preenchimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, constante do mapa n.º 1 anexo à Portaria n.º 433/96, de 3 de Setembro.

2 — Cabimentação orçamental — a abertura do presente concurso respeita o disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio.

3 — Igualdade de oportunidades — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se o Código do Procedimento Administrativo e os Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 18 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

6 — Conteúdo funcional — chefia e coordenação administrativa da Secção de Pessoal da Divisão de Pessoal e Expediente Geral.

7 — Local de trabalho — o lugar a preencher situa-se na Secção de Pessoal da Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, sobreloja, em Lisboa.

8 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e as demais regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

9 — Requisitos de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais — os enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — Requisitos especiais — os enunciados no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

9.3 — Posse dos requisitos — de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos devem reunir os requisitos exigidos até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

10 — Condição preferencial — possuir, comprovadamente, experiência profissional de, pelo menos, 12 anos na área funcional de recursos humanos.

11 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizadas a prova escrita de conhecimentos gerais e a avaliação curricular, ambas com carácter eliminatório, bem como a entrevista profissional de selecção, sendo a definição dos respectivos conteúdos feita em função

do complexo de tarefas e responsabilidades inerentes ao conteúdo funcional do lugar concursado e do conjunto de requisitos legais exigíveis para o seu exercício, segundo o disposto nos artigos 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11.1 — Prova escrita de conhecimentos gerais — este método de selecção visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício das funções de chefe de secção, tem a duração máxima de cento e vinte minutos, e versa, de acordo com o programa de provas aprovado pelo despacho n.º 13 381/99 (2.ª série), de 1 de Julho, proferido pelo director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, as seguintes matérias:

- Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional;
- Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
- Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- Regime de férias, faltas e licenças na Administração Pública;
- Organização, atribuições e competências da Direcção-Geral de Viação.

11.1.1 — Convocação — os candidatos que vierem a ser admitidos ao concurso serão informados do local, data e hora da realização da prova escrita de conhecimentos gerais por ofício registado.

11.1.2 — Matéria legal — durante a realização da prova escrita de conhecimentos gerais, é permitida a consulta dos seguintes diplomas:

- Constituição da República Portuguesa — artigos 266.º a 271.º;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 18 de Julho;
Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março;
Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com a regulamentação da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho;
Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

11.2 — Avaliação curricular — neste método de selecção são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências do lugar concursado:

- A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- A formação profissional, em que se ponderam as acções de aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- A experiência profissional, em que se pondera o desempenho do exercício efectivo de funções na área de actividade para o qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com a avaliação da sua natureza e duração;
- A classificação de serviço obtida no último ano de exercício de funções.

11.3 — Entrevista profissional de selecção — este método de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais e profissionais dos candidatos, através da correspondente apreciação do sentido crítico, da motivação, da expressão e fluência verbais e da qualidade da experiência profissional.

12 — Classificação — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média aritmética simples das classificações em todos os métodos de selecção, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

13 — Desempate — em caso de igualdade de classificação observar-se-á o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Actas — os critérios de apreciação bem como o sistema de avaliação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — Formalização da candidatura — a candidatura deverá ser formalizada em requerimento dirigido ao director-geral de Viação, o qual poderá ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, para a Secção de Expediente e Arquivo, sita na Avenida da República, 16, 1.º, 1069-055 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu), residência, código postal e telefone, se o tiver;
- Habilitações literárias;
- Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Referência ao concurso a que se candidata;
- Data e assinatura.

16 — Instrução do requerimento — o requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- Declaração actualizada, emitida pelo serviço de origem, que comprove a existência e natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Currículo profissional actualizado e detalhado;
- Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais.

16.1 — Dispensa de documentos — aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral de Viação não é exigida a apresentação da declaração a que se refere a alínea a) do n.º 16, sendo ainda dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que constem dos respectivos processos individuais.

17 — Sanção — nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a não apresentação dos documentos comprovativos da posse dos requisitos especiais de admissão exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.

18 — Situações duvidosas — assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, em caso de dúvida, a comprovação das suas declarações, ao abrigo do preceituado no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — Falsidade — as falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

20 — Publicidade — a relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final, bem como outras comunicações relativas ao concurso, designadamente a data da realização da prova escrita de conhecimentos gerais e da entrevista profissional de selecção, serão enviadas aos candidatos e publicadas nos termos do n.º 2 do artigo 31.º e dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo afixadas nas instalações da Divisão de Pessoal e Expediente Geral da Direcção-Geral de Viação, sita na Avenida da República, 16, sobreloja, em Lisboa.

21 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Fernando António de Sousa Antunes, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Fernando Cardoso Virgílio Ferreira, técnico superior principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Rita Maria de Nazaré dos Santos Laranjo Ferreira, técnica superior principal.

Vogais suplentes:

António Alberto Gonçalves Augusto Ribeiro, técnico superior de 1.ª classe.

Maria Eduarda Soares Lopes da Costa, técnica superior de 1.ª classe.

1 de Abril de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Despacho n.º 7721/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2004, rectificado por despacho de 25 de Janeiro de 2005, foi autorizada a equiparação a bolseiro — Programa de Sabática do Instituto Nacional de Administração — do assessor principal da carreira de engenheiro Felisberto Neves da Silva Cardoso, com dispensa total do exercício das suas funções na Direcção-Geral de Viação, pelo prazo de um ano contado a partir de 8 de Novembro próximo passado, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei

n.º 272/88, de 3 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Março de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando Metropolitano de Lisboa

Aviso n.º 3808/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 66.º e 68.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, conjugado com o artigo 81.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro, notifico o agente principal M/138982, Henrique Manuel Catarino de Almeida, desta Polícia, actualmente ausente em parte inserta, de que no Núcleo de Deontologia e Disciplina do Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, sito na Avenida de António Augusto de Aguiar, 20, 7.º, em Lisboa, se encontra pendente contra si o processo disciplinar com o NUP 2003LSB00935DIS, marcando-lhe o prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para apresentar a sua defesa.

18 de Março de 2005. — O Comandante, *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*.

Departamento de Recursos Humanos

Aviso n.º 3809/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para execução do Acórdão de 7 de Outubro de 2004 do Tribunal Central Administrativo, torna-se público que a lista da classificação final do concurso para provimento de dois lugares de chefe de repartição para a área de gestão financeira e patrimonial da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública aberto pelo aviso n.º 14 859/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 12 de Outubro de 1999, a qual foi homologada por despacho da directora nacional-adjunta de 11 de Março de 2005, no uso de poderes delegados pelo despacho n.º 24 076/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, se encontra afixada no Departamento de Recursos Humanos da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, no Largo da Penha de França, 1, em Lisboa.

22 de Março de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Despacho (extracto) n.º 7722/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Março de 2005 do director nacional, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 20 892 (2.ª série), é promovido ao posto de subcomissário do quadro com funções policiais o subchefe M/140776, Rogério de Sousa Gonçalves, classificado n.º 31, que frequentou o 4.º Curso de Formação de Subcomissário, com efeitos reportados a 20 de Fevereiro de 2005, ficando posicionado no escalão 1, índice 240, da tabela salarial em vigor para a PSP.

22 de Março de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Governo Civil do Distrito de Braga

Aviso n.º 3810/2005 (2.ª série). — Torna-se público que se encontra afixada no lugar de estilo do Governo Civil do Distrito de Braga a lista dos candidatos definitivamente admitidos ao concurso para provimento de três lugares vagos da categoria de assistente administrativo, aberto através do aviso n.º 36/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Janeiro de 2005. Nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, notificam-se os candidatos admitidos de que a prova de conhecimentos gerais, prevista no âmbito do referido concurso, será realizada nas instalações da Escola Secundária D. Maria II em Braga no dia 23 de Abril de 2005, pelas 10 horas, devendo os mesmos apresentar-se munidos do respectivo bilhete de identidade.

29 de Março de 2005. — O Presidente do Júri, *José Oliveira da Silva*.